



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”
Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social.

Sub-eixo: Ênfase na Questão Urbana.

**AS CONDIÇÕES DE MORADIA NA AMAZÔNIA MARAJOARA:
CONSIDERAÇÕES SOBRE O MUNICÍPIO DE MELGAÇO (MARAJÓ/PA)**

Marcia Thayana do Rosário Rodrigues¹
Nayane da Silva de Oliveira²
Jacqueline Tatiane da Silva Guimarães³

Resumo: Abordamos as condições de moradia no município de Melgaço (Marajó/PA). Primeiramente, apresentamos um panorama sobre a situação habitacional na região amazônica. Em segundo, tratamos sobre a caracterização do município de Melgaço. Esta pesquisa é exploratória, realizada a partir de pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

Palavras-chave: Habitação. Saneamento. Palafitas. Amazônia. Marajó.

Abstract: We address housing and sanitation in the municipality of Melgaço (Marajó/PA). First, we present an overview of the housing situation in the Amazon region. Second, we deal with the characterization of the municipality of Melgaço. This research is exploratory,

Keywords: Housing. Sanitation. Stilts. Amazon. Marajó.

1 INTRODUÇÃO

O arquipélago do Marajó é composto por 16 municípios, contendo as seguintes mesorregiões: 1) **Mesorregião do Arari:** Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, Soure; 2) **Mesorregião dos Furos de Breves:** Afuá, Anajás, Breves, Currálinho, São Sebastião da Boa Vista; 3) **Mesorregião de Portel:** Bagre, Gurupá, Melgaço, Portel. Destes 16 municípios, 14 estão nas piores colocações do ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), excetuando-se somente Salvaterra e Soure que estão em uma posição mediana.

Esta mesma região é local de intensos conflitos fundiários que envolvem ribeirinhos, quilombolas e indígenas. Além disso, a sua população, apesar de cercada por rios e igarapés, sofre intensamente com a ausência de água potável e de uma estrutura adequada de saneamento, saúde e educação. Destacar esses aspectos visa justamente nos possibilitar uma compreensão inicial sobre a região que lançamos algumas reflexões iniciais sem a intenção de esgotá-las, haja vista a complexidades que a envolve.

¹ Estudante de Graduação. Faculdade de Serviço Social do Campus Universitário do Marajó/breves da Universidade Federal do Pará.

² Estudante de Graduação. Faculdade de Serviço Social do Campus Universitário do Marajó/breves da Universidade Federal do Pará.

³ Professora com Formação em Serviço Social. Faculdade de Serviço Social do Campus Universitário do Marajó/breves da Universidade Federal do Pará. E-mail: <jacquetsg@gmail.com>.

Apresentamos reflexões sobre as condições das moradias na Amazônia marajoara, tendo como lócus o município de Melgaço, localizado no estado Pará, que é uma região de proteção ambiental e que amarga os piores índices sociais do país. Com este estudo, temos a intenção de dar visibilidade às condições de moradia da população melgacense que em sua maioria é diretamente atingida pela pobreza. Almejamos criar bases para pensarmos em estratégias de fortalecimento da comunidade local, na busca de identificar e fortalecer potenciais lideranças comunitárias e, para isso, é fundamental o processo de diálogo e escuta de seus moradores, tomando as suas principais demandas.

Para perquirir esta problemática, primeiramente apresentamos um panorama sobre a situação habitacional da região amazônica, onde visamos destacar as consequências de um contexto marcado pela exploração da Amazônia pelo Capital, conseqüentemente a sua posição enquanto periferia de retirada de matéria-prima. Em segundo, tratamos sobre a caracterização do município de Melgaço, descrevendo os aspectos geográficos, localização e suas especificidades, além de expor os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2013.

Posteriormente, indicamos a metodologia utilizada, além de expor os dados a respeito do local em que foi realizado o estudo. Por ser uma pesquisa exploratória, em que temos como lócus o município de Melgaço, optou-se por fazer o recorte de um bairro em específico, considerando as diferentes determinações sociais e ambientais que o envolvem. Porém, apesar das particularidades, infelizmente, representa as condições de moradia da população melgacense como um todo.

O local em tela é o bairro Miritizal que, entre as suas ruas, há a Rua Manoel Dias da Conceição, conhecida popularmente como “Rua do Matadouro”. Em pesquisa de campo, realizamos visita domiciliar e aplicamos questionários socioeconômicos com perguntas abertas e fechadas à 12 famílias. A partir dos instrumentais utilizados, buscou-se realizar um breve levantamento e mapeamento socioeconômico das famílias que residem no local contemplando os seguintes aspectos: composição familiar, renda, escolaridade, trabalho, saúde, moradia e saneamento básico.

Os moradores do município de Melgaço (Marajó/PA) são atingidos por problemáticas de diferentes níveis, como o desemprego e a fome, em que as precárias condições de suas moradias não se constituem em casos isolados e tão menos um pano de fundo da situação de pobreza, são fatores que estão articulados representando e indicando as fragilidades de diferentes políticas públicas, tais como educação, saúde e assistência social, profundamente atingidas por contexto de má distribuição de renda que vigora no país.

2 ESPAÇO URBANO E HABITAÇÕES NA AMAZÔNIA

Independente do porte, estruturação ou localização da cidade, nas sociedades regidas pelo capitalismo sempre será o espaço da desigualdade e de centralidade nas relações de poder. Castells (2006) evidencia que a cidade não seria um local de produção e sim de gestão e domínio, concentrando o aparelho político-administrativo. Logo, as cidades não são para todos os sujeitos.

Conforme Cury (2014), os terrenos com uma melhor localização, e mais caros, acabaram sendo dispostos aos mais ricos. À população mais pauperizada, composta por grupos numerosos de trabalhadores em busca da subsistência, ficavam com alternativas bem mais inferiores, desse modo eram valorizados determinados espaços onde se “[...] acabou criando um círculo vicioso de melhoramentos urbanos e investimentos, cujo resultado mais imediato foi um aumento ainda mais significativo de seu valor inicial e o correspondente afastamento dos mais pobres” (CURY, 2014; p. 06).

Desse modo, de acordo com a autora, por não haver políticas habitacionais voltadas para as populações empobrecidas, elas acabaram sendo direcionadas às áreas impróprias para se morar, pois os sujeitos pauperizados não tinham condições mínimas para habitar nos centros das cidades capitalistas e não era de interesse dos ricos que eles se mantivessem ali. Canettieri (2016, p. 66) argumenta que “A economia política da cidade capitalista, juntamente com a estética elitista da sociedade segregada, deseja limpar os espaços da visão dos excluídos, empurrando-os para as favelas, guetos e bairros e, assim, confiná-los a uma situação que se refaz constantemente”.

Tratar sobre condições de moradias na Amazônia nos exige uma compreensão de totalidade sobre o modo como as cidades nas sociedades capitalistas se produzem e reproduzem, captando, nesse movimento, os processos de desigualdades que acabam sendo intrínsecos à organização do Capital, aliada a uma concepção homogeneizadora sobre o que seria uma real cidade, um real espaço urbano que mais uma vez exclui a realidade da região amazônica.

Guimarães (2012), pautando-se em Castro (2008), ao tratar sobre meio ambiente e espaço urbano na Amazônia, destaca que comumente a representação de cidade como o espaço em que tem relação direta com o capital e com a sociedade industrial acaba por excluir a região amazônica, justamente pela ausência de uma compreensão que permita visualizar a diversidade dos tipos agregado. Resultado: alguns, erroneamente, afirmam que na Amazônia não há uma *real malha urbana* que interligue as cidades/municípios.

Na Amazônia observa-se o importante papel desempenhado pelos rios, que acabam contribuindo para o processo de escoamento de produtos e de circulação de pessoas. Esta particularidade dos aglomerados de escala menores que são desenvolvidos por regiões como a amazônica acabam não sendo contemplados por políticas públicas e suas agendas

(CASTRO, 2008 *apud* GUIMARÃES, 2012). Neste sentido, para compreendermos a diversidade que se trata sobre a cidade, reportamo-nos à Canetti (2016, p. 68), que ressalta:

A cidade deve ser entendida como sendo o lócus de intensas modificações do espaço, a partir do trabalho do homem, produzindo e reproduzindo novas espacialidades e temporalidades, permeados de significados e definido por relações de poder.

Nessa perspectiva, ao nos referirmos às cidades no Capitalismo, também é importante ressaltar as particularidades de uma região como a Amazônia, que passa a se constituir em periferia da periferia e as suas cidades não correspondem aos padrões hegemônicos, mas que também prevalecem as relações de poder e desigualdade. Segundo Aquino (2017), na Amazônia foram criadas cidades caracterizadas como favelas, pois não há a mínima infraestrutura, sem serviços básicos, em lugares improvisados, muitas vezes fruto de invasões.

As cidades amazônicas refletem as mais diversas expressões da questão social originadas pelo avanço do capitalismo por meio da precarização das condições de vida. Isso se dá devido o capital adentrar nos territórios amazônicos somente com a ideia de exploração, trazendo consigo um contingente de mão de obra barata em busca de trabalho. Isto acarreta no “[...] intenso crescimento populacional nos espaços urbanos que se transformam em bairros insalubres nas periferias das cidades, mediados pelo Estado e como forma de equacionar o conflito e a regularidade do processo social” (SCHERER, 2009, p. 13).

Neste sentido, faz-se necessário enfatizar que esse movimento se dá devido a Amazônia ser conhecida mundialmente pela sua riqueza natural e sociobiodiversidade, o que atrai diversos sujeitos com o intuito de conquistar esse espaço. Dessa forma, de acordo com Barbosa e Sá (2009), a Amazônia passa a se constituir como um espaço a ser conquistado e, por isso, sofre uma reorganização do seu espaço, sendo que alguns dos efeitos disso é a quebra da vida daqueles que viviam vinculados à floresta, ao êxodo rural, o aumento da pobreza, entre outros fatores. Barbosa e Sá (2009; p. 69) destacam que

[...] no caso amazônico, os conflitos sociais imanentes à contradição capital-trabalho advêm dos interesses antagonicos no processo de apropriação privada das terras pelo capital, sendo a pobreza e a miséria expressões de conflitos fundiários gerados por disputas acirradas.

Assim, corroborando com as autoras supracitadas, salientamos que a Amazônia acaba sendo a segunda região a qual se localiza os municípios com menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil em decorrência da instalação de um capitalismo predatório que através dos grandes projetos de extração da matéria-prima acarreta na formação de cidades sem um padrão de urbanização, que contemple aspectos como

infraestrutura adequada, saneamento de qualidade e entre outros aspectos que são exigidos pelo capital.

O estado do Pará não foge a essas características. Como bem nos indica Aquino et al (2017), o território paraense é um retrato de como se desenvolveu a ocupação na Amazônia, onde se suscitou inúmeros municípios sem estruturas e equipamentos urbanos, surgindo somente em resultado a algumas atividades econômicas como “mineração, pecuária, extração madeireira, extrativismo, agronegócios, garimpo, soja.” (Idem, p.4).

As cidades do estado do Pará, de acordo com Barbosa e Sá (2009), têm se mostrado com uma má distribuição dos serviços ofertados que acabam acarretando obstáculos para o desenvolvimento dos potenciais locais, visto que a oferta de serviços nos municípios é declarada pela ausência de atributos urbanos e pelos arranjos que os sujeitos sociais aglomeram na operação de outros meios frente à precariedade ou até mesmo a não existência desses serviços.

Sobre as bases do capitalismo, nas pequenas cidades do Pará crescem a desigualdade social, a miséria e o abandono. No entanto, apesar de todas essas problemáticas sofridas pelas populações que habitam as cidades amazônicas é evidente o potencial da região que são as riquezas naturais e a diversidade cultural, que precisam ser valorizadas para que se tenham condições favoráveis à vida e não utilizadas como mercadorias. Além disso, faz-se necessária uma reflexão a respeito das políticas públicas dirigidas para a Amazônia, visto que as mesmas são pensadas para realidades totalmente diferentes, no qual parte-se de estratégias que têm, como lógica, padrões hegemônicos que desconhecem os modos de vida de sua população.

3 MUNICÍPIO DE MELGAÇO: um breve diagnóstico

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2016), o município de Melgaço está localizado na região Norte do Brasil, estado do Pará, pertencendo a Mesorregião do Arquipélago do Marajó e Microrregião de Portel, tendo uma população estimada em 26.652 habitantes. Desse total de acordo com dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 5.503 residem na área urbana e 19.305 são da área rural. Em Melgaço está localizada a Floresta Nacional de Caxiuanã, criada em 1961, com área de 322.400 hectares, onde também está a estação científica Ferreira Pena e o Museu de história Emilio Goeldi (SCHMITT, 2013).

Conforme o censo 2013, a referida cidade tem o pior IDH do país. Ademais, de acordo com o Mapa da Pobreza do IBGE, publicado em 2003, 48% das pessoas do município são pobres, sendo que grande parte da população vive com menos de um salário mínimo, visto que em 2010, segundo o PNUD, a renda *per capita* do município era de

R\$135,21, a de pessoas extremamente pobres era de R\$43,92 e de pessoas pobres era de R\$73,43, demonstrando os problemas históricos que têm se perpetuado no município.

Ainda de acordo com dados do PNUD (2013) em Melgaço, o percentual da população que vive em domicílios com energia elétrica é 64,06%. Em relação ao abastecimento de água encanada, apenas 21,93% da população tem acesso em seu domicílio e 78,93% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitários inadequados. Esta realidade é observada na Rua Manoel Dias da Conceição, na qual foi realizada a presente pesquisa, localizada no Bairro Miritizal, situado na área norte do Município, em uma zona periférica da cidade, às margens da baía de Melgaço, tendo toda sua extensão em área de várzea, obrigando que a via de acesso seja construída de madeira em formato de ponte.

Esta rua, assim como todo o bairro, é caracterizada pela ausência de infraestrutura adequada, entendidos como a falta de água potável, energia elétrica e vias públicas para a população que ali residem. Além disso, o local possui dois matadouros de gado em situação irregular e uma população extremamente pauperizada com uma renda oriunda do trabalho informal, da pesca artesanal e dos programas sociais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família (PBF).

3. 1 - A moradia e as condições do saneamento básico no município de Melgaço/PA

Em visita de campo, inicialmente realizamos a observação participante, a fim de captar os aspectos mais expressivos da realidade e observar os sujeitos em suas atividades diárias. Neste sentido, estivemos na “Rua do Matadouro” no momento em que as famílias estavam desenvolvendo suas atividades cotidianas para aplicar questionários socioeconômicos e realizar entrevistas semiestruturada.

Com essa finalidade, para a pesquisa foram selecionadas previamente 12 famílias. De cada uma dessas famílias, um representante respondeu às perguntas, ressaltando que a seleção dos participantes foi feita de modo aleatório, em que atentamos em selecionar pessoas que fossem residentes do local em estudo. As suas identidades foram preservadas, sendo utilizados nomes fictícios. O questionário socioeconômico continha perguntas que visavam traçar o perfil dos moradores, tomando aspectos como a renda, idade, o estado civil, naturalidade, escolaridade, composição familiar, renda mensal e caracterização da residência.

A entrevista semiestruturada objetivava reunir relatos sobre as dificuldades e principais problemáticas que as famílias enfrentam no local, tais como infraestrutura disponíveis ou ausentes – como a destinação do lixo, o tratamento da água, sobretudo, a

opinião deles quanto ao matadouro e se sabem há quanto tempo o matadouro está no bairro, especificamente na Rua Manoel Dias da Conceição.

É importante destacar que os moradores da referida rua residem em casas de palafitas que fazem parte da cultura da região Amazônica. Pereira (2011 p. 1) ressalta que “palafitas são moradias tradicionais da cultura ribeirinha que dialogam com o ciclo das águas da região, com suas pilastras de madeira submersas durante a enchente e vindas à tona no período da vazante”. Cabe destacar que não nos referimos às palafitas de modo pejorativo, no sentido de apontá-las enquanto tipos de moradias inadequadas simplesmente por serem de madeiras e por se manterem acima dos rios, mas sim procuramos indicar que considerável quantitativo dos moradores da região amazônica vivem em palafitas em condições precárias de infraestrutura.

Os modelos das palafitas da Rua Manoel Dias da Conceição não fogem a estas características, sendo casas simples erguidas à beira do rio, de estruturas precárias, com um ou nenhum cômodo, levando as pessoas a usarem os mesmos espaços para dormir, cozinhar e receber visitas. Todas são construídas em madeira e algumas em tábuas reaproveitadas de outras casas, cobertas de palha ou telha amianto.

Dentre as precariedades indicadas pelos moradores está a ausência de um serviço adequado no fornecimento de energia elétrica, visto que, no início da rua, identificamos a situação precária da rede elétrica, caracterizada por um amontoado de postes de madeira improvisados pelos moradores e, em consequência disso, um emaranhado de fios muito próximo ao chão, com probabilidades de incêndio.

Outra dificuldade indicada pelos moradores foi em relação às vias públicas, que são formadas por “pontes” construídas com pedaços de madeira reaproveitadas e troncos de açaizeiro⁴ pelos próprios moradores e estão em péssimas condições, impedindo o tráfego de pessoas – visto que a mesma não possui estrutura adequada como corrimão. Deste modo, o tráfego de pessoas, especialmente de idosos, crianças, grávidas, mães com crianças de colo e pessoas com dificuldades de locomoção fica inviável.

Observou-se que, além dos dois abatedouros estarem localizados muito próximos às casas, os restos como cabeça de gado, couro, carcaças e vísceras também são despejados em uma vala ao lado da ponte utilizada diariamente pelas pessoas, ou são jogados diretamente no rio como destaca a moradora Palheta (75 anos):

Olha o que eu acho é que eles jogam aqueles [...] aquelas babujas⁵ ai a gente não pode nem passar nessa ponte dum grande fedor [...] tem vez que a gente acha aquelas bola de banha *buiada*⁶ no poço que eles joga o animal morto né [...] [sic].

⁴ Palmeira nativa da Amazônia que produz o açai.

⁵ Resto de animais como couro, cabeça e vísceras.

⁶ Que está emerso.

A situação agrava-se mais ainda devido às famílias não possuírem fossa séptica e improvisarem seus banheiros – construções rústicas feitas de madeira nos fundos dos quintais onde os moradores fazem suas necessidades biológicas, contribuindo para a contaminação da água com coliformes fecais, pois a área é de várzea e inunda no período de maré alta. Apesar de ser um município cercado por um rio, um dos maiores problemas encontrados pelos moradores é justamente a ausência de fornecimento de água potável seja para ingerir quanto para darem prosseguimento às atividades domésticas. Destacamos as seguintes falas:

Olha, mana, tudo [...] O problema mais é água [...] quando a baía sobe, tem dias que amanhece o dia assim [...] grande não, né? Da pra pegar água e quando ela amanhece seca? (JACINTA, 42 anos).

Tudo [...] o problema mais é água [...] a água é mais difícil (MARTA, 34 anos).

Ressaltamos ainda que constatamos ao longo das entrevistas que muitas famílias não têm o hábito de ferver a água. Isto nos dá o indicativo que as famílias, além de não terem acesso à água potável, também não recebem orientações adequadas e contínuas quanto ao tratamento caseiro da água, por meio de sulfato de alumínio e hipoclorito de sódio, que deveriam ser distribuídos pelos serviços de saúde do município e do estado. Tais orientações deveriam ser feitas por Agentes Comunitários de Saúde (ACS), porém, conforme relato dos moradores, já somam seis meses sem visitas dos ACS. Observe:

[...] eu compro o *sentante*⁷ [...] a ACS é difícil *varar*⁸ por aqui com o hipoclorito. Eu compro o sulfato mesmo (PALHETA, 75 anos).

Ficou nítida a carência de efetivação de políticas públicas na Rua Manoel Dias da Conceição e o descumprimento do que está disposto no Estatuto da Cidade (art. 2, inciso I) que garante uma cidade sustentável, compreendido como direito à moradia, ao saneamento, à infraestrutura, aos serviços públicos e ao trabalho, necessitando de uma proposta de intervenção.

Melgaço tem diversos dilemas e problemáticas envolvidas por um emaranhado de complexidades, que atingem diretamente uma população que não possui uma compreensão crítica quanto a sua realidade, tornando-a vulnerável às ações de caráter paternalista e assistencialista, que impedem o entendimento do que se constituem direitos humanos básicos. No tocante à educação no meio rural, infelizmente existe um grande índice de analfabetismo. A maioria da população não sabe ler e escrever, o que dificulta a reivindicação junto ao poder público ou aos órgãos competentes. Além da educação, que é um dos indicadores do IDH, a fragilidade das políticas públicas contribui para este cenário de descaso que Melgaço vive (e sobrevive).

⁷Nome usado popularmente para designar o Sulfato de Alumínio

⁸Aparecer, fazer visitas.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto em que se encontra os moradores da Rua Manoel Dias da Conceição é reflexo de um território amplo e diverso que, aliado à situação de pobreza, acaba por não ter suas políticas públicas realmente efetivadas, no sentido de gerar emancipação e transformação nas condições de vida da população. É uma região distante dos grandes centros urbanos, que multiplica vivamente o Capitalismo. Contudo, é profundamente atingida pelo seu sistema predatório, sendo espaço de pobreza extrema cercada por uma rica cultura e ambiente natural, repleto de biodiversidade.

Nesse sentido, afirma-se que as condições de sobrevivência dos moradores são precárias em decorrência da falta de acessibilidade, ausência de energia elétrica e água potável, deixando nítido que os mesmos não recebem a atenção devida por parte dos órgãos públicos. Diante desse contexto, é evidenciada necessidade de mobilização dos moradores para reivindicar por seus direitos e exigirem a efetivação das políticas públicas no local.

A realidade de pauperismo da região do Arquipélago do Marajó corresponde às históricas relações de subalternização em que a Amazônia sempre esteve exposta. Não há como desconsiderar tais processos de ordem econômica e simbólica. As práticas de resistência a esta realidade devem ser coletivas e articuladas, não estando desatreladas de lutas e resistências que toquem no núcleo duro das relações capitalistas, que sobrevive às custas do trabalho escravo “não oficializado”.

A luta e resistência coletiva também devem ocorrer no âmbito da construção dos saberes e conhecimentos, pois precisamos formar profissionais que sejam, acima de tudo, éticos e mobilizadores de consciência crítica, que estejam abertos ao diálogo e que tenham como horizonte de sua atuação compreender as dinâmicas dos diferentes e diversos territórios num processo de formação socioeducativa que não se faça imediatista e pragmática.

Destacamos que esta pesquisa é fruto da disciplina de “Laboratório de Instrumentos e Técnicas do Serviço Social I, II e III”, promovido no interior do curso de Serviço Social de uma universidade pública e gratuita voltada para a formação de filhos e filhas marajoaras a partir de uma solicitação da própria comunidade melgacense. Não há como ressaltar que esta foi uma das ações pioneiras fomentadas por docentes bacharéis em Serviço Social a fim de formar profissionais capacitados seja de maneira técnico-operativa, quanto teórico-metodológico e ético-politicamente.

Tais levantamentos foram apresentados à Defensoria Pública e Ministério Público da região marajoara, contribuindo no processo de construção de novas ações de

intervenção e de reivindicação dos direitos da população marajoara. Portanto, é preciso que haja a mobilização de toda a comunidade para que se possam formar parcerias com as secretarias municipais a fim de realizar ações que visem a garantia dos direitos humanos básicos da população marajoara. Há uma necessidade imperativa que os setores públicos e privados se unam para assumir o desafio de efetivar as políticas públicas na área.

Tal mobilização deve surgir associada a um incentivo de ações extensionistas e de pesquisa por parte da Academia, que se volte para atividades de formação e capacitação dos profissionais que atuam na localidade, assim como expansão e interiorização de instituições de ensino superior a fim de formar profissionais qualificados de maneira técnica, política e ética preparadas para intervir em realidade tão complexa como a do Marajó.

5 – REFERÊNCIAS

AQUINO, Ronaldo Darlan Gaspar, et all. Urbanização, saneamento e favelização na Amazônia Brasileira. Na alise do Programa de recuperação da bacia hidrográfica da Estrada Nova/ PROMABEM, Belém-PA. **Instituto Brasileiro de Estudos Ambientais-IBEAS**, Campo Grande-MS, 2017

BRASIL. **ESTATUTO DA CIDADE**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em 09/08/2017

BARBOSA, Maria José de Souza; SÁ, Maria Elvira Rocha de. A questão Social na Amazônia no Capitalismo Contemporâneo : o estado do Pará em foco in: SCHERER, Elenise (org) **Questão Social Amazônia**. Manaus, EDUA, 2009

CASTELLS, Manuel. A questão urbana, tradução de Arlene Caetano, Rio de Janeiro, Paz e terra, 2006.

CANETTIERI, Thiago. A cidade Capitalista na produção dos excluídos e os excluídos na produção da cidade capitalista: o paradoxo da exclusão urbana. GEOINGÁ: **revista do programa de pós graduação em geografia**, Maringá, v.8,n.1, p.64-83, 2016

CURY, Vania Maria, Marx. **Engels e as cidades no capitalismo**. 2014

IBGE, **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=150450&idtema=19&search=para|melgaco|mapa-de-pobreza-e-desigualdade-municipios-brasileiros-2003>>. Acesso em: 08/08/2017

IBGE, **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=150450&idtema=118&search=para|melgaco|C3%8Dndice-de-desenvolvimento-humano-municipal-idhm>>. Acesso em: 08/08/2017

GUIMARÃES, Jacqueline Tatiane da Silva. **Por uma política de educação ambiental para as cidades amazônicas: uma reflexão para o Serviço Social**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém, 2011.

MENEZES, Taina Marçal dos Santos et al; **O tipo palafita da Amazônico: contribuições ao processo de arquitetura**. 2015. Disponível em : < periódicos.puc-campinas-edu>article

SARMENTO, H.B. de M. Rediscutindo os instrumentos e as técnicas do Serviço Social. In STOCKINGER, S. da C. **Textos de teoria e prática de Serviço Social: estágio profissional em Serviço Social na UFPA**. Vol. I. Belém. Editora Amazônia/UFPA, 2005.

SCHERER, Elenise (org) **Questão Social Amazônia**. Manaus, EDUA, 2009

SCHMITT, A. **OS CINCO PIORES IDHs DO BRASIL (MUNICÍPIOS)**. Brasil, ago. 2013. Disponível em <http://aurelioschmitt.blogspot.com.br/2013/08/os-cinco-piores-idhs-do-brasil.html>. Ago. 2013. Acesso em 26 de janeiro de 2017.

PEREIRA, Mirna Feitosa, et al, palafitas de Manaus como textos da cultura amazônica: fundamentos e observações. **INTERCOM-Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da comunicação**, Recife-PE, 2011

PNUD. Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil-Melgaço. Disponível em: < http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt_m/melgaço_pa >. Acesso em: 09 de janeiro de 2018.